

Serasa S.A.

CNPJ 62.173.620/0001-80

www.serasaexperian.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Balanços patrimoniais em 31 de março de 2020 e 2019 - (Em milhares de Reais)

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos acionistas, interessados e público em geral, as demonstrações financeiras da Serasa S.A. para os exercícios findos em 31 de março de 2020 e de 31 de março de 2019. A Administração da Serasa agradece a todos os seus empregados, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas e todos aqueles que contribuíram para o seu desempenho no exercício 2020/2019 e coloca-se à disposição para qualquer esclarecimento.

Ativos		31/03/2020	31/03/2019	Passivos				31/03/2020	31/03/2019	Demonstrações do resultado		2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)		256.396	225.530	Fornecedores (Nota 13)			222.040	187.943	Receita (Nota 19)		2.672.128	2.340.853	
Contas a receber de clientes (Nota 6)		330.779	325.860	Empréstimos (Nota 14)			47.955	38.659	Custo dos serviços prestados (Nota 23)		(791.103)	(724.504)	
Ativos de contratos (Nota 19)		176.158	140.525	Obrigações trabalhistas (Nota 15)			161.488	123.922	Lucro bruto		1.881.025	1.616.349	
Insumos para prestação de serviços		1.274	589	Passivos de contratos (Nota 19)			104.188	98.981	Despesas com vendas (Nota 23)		(279.518)	(215.152)	
Ativo fiscal corrente (Nota 7)		5.246	18.577	Impostos de renda e contribuição social (Nota 9)			8.007	15.206	Despesas gerais e administrativas (Nota 23)		(674.747)	(493.821)	
Despesas antecipadas		25.433	26.477	Passivo fiscal			20.360	24.424	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato (Nota 23)		(14.428)	(30.814)	
Outros ativos (Nota 8)		23.703	20.030	Dividendos a pagar			10.914	13.568	Outras (despesas) / receitas operacionais (Nota 22)		(2.872)	(90.728)	
Total do ativo circulante		818.989	757.598	Contas a pagar (Nota 10)			4.424	3.766	Resultado antes das receitas (despesas)				
Ativo fiscal diferido (Nota 9)		428.642	515.111	Passivos de arrendamento (Nota 16)			15.938	-	financeiras líquidas e impostos		909.460	785.834	
Ativos de contratos (Nota 19)		47.203	32.085	Outros passivos			27.365	7.217	Receitas financeiras (Nota 24)		15.443	24.404	
Depósitos judiciais (Nota 17)		19.266	22.332	Total do passivo circulante			622.679	513.686	Despesas financeiras (Nota 24)		(127.690)	(144.755)	
Contas a receber de clientes (Nota 6)		28.618	19.922	Empréstimos (Nota 14)			800.000	800.000	Lucro antes do I.R. e da contribuição social		797.213	665.483	
Despesas antecipadas		7.755	198	Provisões para contingências (Nota 17)			56.264	52.218	I.R. e contribuição social - corrente (Nota 9)		(166.578)	(125.886)	
Total do realizável a longo prazo		531.484	589.018	Passivos de contratos (Nota 19)			29.471	37.312	I.R. e contribuição social - diferido (Nota 9)		(86.469)	(97.854)	
Investimento		241	241	Passivos de arrendamento (Nota 16)			71.621	-	Lucro líquido do exercício		544.166	441.743	
Direito de uso de arrendamento (Nota 16)		76.006	-	Total do passivo não circulante			957.356	889.530	Lucro líquido diluído por ação do capital social - R\$		146,18	118,67	
Imobilizado (Nota 11)		245.484	232.006	Total do Passivo			1.580.035	1.403.216	Demonstrações do resultado abrangente				
Intangível (Nota 12)		831.549	748.978	Capital social (Nota 18 a)			174.000	174.000	Lucro líquido do exercício		544.166	441.743	
Total do ativo não circulante		1.684.764	1.570.243	Reserva de ágio (Nota 18 b)			500.250	500.250	Outros resultados abrangentes		-	-	
				Remuneração com base em ações (Nota 18 c)			56.126	33.889	Resultado abrangente total		544.166	441.743	
				Dividendos adicionais propostos (Nota 18 e)			57.346	79.402	Demonstrações dos fluxos de caixa				
				Reserva de retenção de lucros			144.742	144.742	Fluxo de caixa das atividades operacionais				
				Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 18 f)			2.542	3.630	Lucro líquido do exercício				
				Ações em tesouraria			(11.288)	(11.288)	Ajustes para:				
				Total do patrimônio líquido			923.718	924.625	Depreciação e amortização (Nota 23)		304.117	271.661	
				Total do passivo e patrimônio líquido			2.503.753	2.327.841	Depreciação e amortização direito de uso (Nota 23)		17.865	-	
									Imposto de renda e contribuição social (Nota 9c)		86.469	97.854	
									Despesa de juros sobre empréstimos (Nota 14)		108.011	107.716	
									Custo residual de imobilizado e intangível baixados ou alienados (Nota 11 e 12)		7.240	86.070	
									Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato (Nota 6)		13.909	30.814	
									Provisão para contingências (Nota 17)		18.710	19.222	
									Provisão para remuneração com base em ações (Nota 18)		22.237	11.881	
											1.122.724	1.066.961	
									Variações em:				
									(Aumento) redução nos ativos				
									Contas a receber (Nota 6)		(28.154)	(16.993)	
									Ativos de contrato (Nota 19)		(50.751)	(63.434)	
									Insumos para prestação de serviços		(685)	265	
									Despesas antecipadas		(6.513)	(8.686)	
									Ativo fiscal corrente		13.341	(18.873)	
									Depósitos judiciais (Nota 17)		3.066	(4.686)	
									Outros ativos		(3.673)	(1.565)	
									Aumento (redução) nos passivos				
									Fornecedores (Nota 13)		34.097	48.360	
									Passivo fiscal		162.885	107.879	
									Obrigações trabalhistas (Nota 15)		37.566	7.754	
									Passivos de contratos (Nota 19)		(2.634)	98.922	
									Contas a pagar		658	(47.791)	
									Outros passivos		20.148	(1.370)	
									Pagamentos de contingências (Nota 17)		(14.664)	(13.462)	
									Imposto de renda e contribuição social pagos		(174.148)	(97.015)	
									Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.113.263	1.056.266	
									Fluxo de caixa das atividades de investimento				
									Aquisição de ativos imobilizados (Nota 11)		(63.872)	(58.251)	
									Aquisição de ativos intangíveis (Nota 12)		(343.534)	(278.549)	
									Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(407.406)	(336.800)	
									Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
									Recursos provenientes de novos empréstimos (Nota 14)		9.000	-	
									Pagamento de juros sobre empréstimos (Nota 14)		(107.715)	(107.716)	
									Pagamentos de arrendamento mercantil		(12.997)	-	
									Juros arrendamento mercantil		6.685	-	
									Pagamento de dividendos		(523.374)	(419.357)	
									Pagamento de juros sobre capital próprio		(46.590)	(45.904)	
									Dividendos a pagar		-	(9.922)	
									Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(674.991)	(582.899)	
									Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		30.866	136.567	
									Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		225.530	88.963	
									Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		256.396	225.530	
											30.866	136.567	

Notas explicativas às demonstrações financeiras. 1 Contexto operacional: A Serasa S.A. (a "Companhia" ou "Serasa") é uma sociedade de capital fechado constituída em 26 de junho de 1968, com sede na cidade de São Paulo, localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, torre Sucurpiria, que a partir da emissão da Lei nº 11.638/07 passou a ser considerada uma "sociedade de capital fechado e de grande porte" controlada pela Gus Europe Holding B.V., cuja entidade controladora do grupo em última instância é a Experian PLC. A Companhia tem por objeto social, principalmente, a coleta, o armazenamento e o gerenciamento de dados, incluindo a organização, a análise, o desenvolvimento, a operação e a comercialização de informações e soluções para apoiar decisões e o gerenciamento de risco de crédito e de negócios. Em 31 de março de 2020, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 224.928. Considerando os possíveis impactos do COVID-19 na posição patrimonial e financeira da Companhia, a Administração avaliou sua capacidade de continuar em operação no futuro previsível. A avaliação da Administração considera premissas relevantes, como, por exemplo, a estimativa de receita de serviços pela demanda de informação de relatórios de créditos e outros negócios, a volumetria diária, os preços dos serviços, os contratos de serviços recorrentes, os custos variáveis dos serviços prestados. Tais premissas foram atualizadas para considerar os principais cenários possíveis esperados pela Companhia com base em todas as informações relevantes disponíveis até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras. Com base nessa avaliação, e considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, a Administração concluiu que não existem incertezas relevantes relacionadas à capacidade da Companhia continuar operando, e que o pressuposto de continuidade permanece válido. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas baseadas no pressuposto de continuidade operacional. Considerando a situação atual da disseminação do surto, revisamos a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacional para o ano de 2020/2021. E, com base nas melhores estimativas da Companhia, concluímos que não há necessidade de reconhecer impairment de ativos em 31 de março de 2020. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas. Essas medidas são deliberadas no Comitê Executivo e englobam temas como manutenção e incremento de receita, gestão de custos e administração da caixa operacional. Adicionalmente, a Serasa intensificou a comunicação educativa às empresas impactadas pelo *lockdown* com o objetivo de auxiliar na construção de um cenário de retomada e de gestão da caixa. Para seus colaboradores, implantou o *home office* e dedicou grande parte da comunicação interna para divulgar informações relevantes para preservação da saúde. Desta forma, a Serasa Experian reforça que sua prioridade é a manutenção da saúde de seus funcionários e de seus negócios, bem como garantir a sustentabilidade do mercado de crédito no Brasil por meio do fornecimento de informações financeiras e educacionais a seus clientes e consumidores. 2 Principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. 2.1 Base de preparação - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2020 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21 de maio de 2020. Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: - os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; - os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; 2.2 Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez diária, com risco insignificante de mudança de valor e que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. 2.3 Instrumentos financeiros - 2.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial - O contoso a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contoso a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contoso a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao

preço da operação. 2.3.2 Classificação e mensuração subsequente - Ativos financeiros - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: - as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros - Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: - eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; - termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e - os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio - O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas - Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos

são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. 2.3.3 Desreconhecimento - A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. 2.3.4 Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.4 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. 2.5 Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos provisão para perdas esperadas (*impairment*) e a provisão para descontos e cancelamentos. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. 2.6 Ativos de contrato - Os ativos de contrato são os recebíveis relacionados ao reconhecimento de receitas para as quais a

Companhia satisfaz as obrigações de *performance*, entretanto não faturados até o presente momento por condições contratuais. Também são classificados como ativos de contratos custos para cumprir os contratos que se referem a obrigações de *performance* satisfaitas registradas como passivos de contratos no passivo. **2.7 Imposto de renda e contribuição social** - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **a. Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **b. Despesa com impostos de renda e contribuição social diferido** - Ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros sujeitos a alterações independentes do controle da Companhia. **2.8 Conversão em moeda estrangeira - a. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Transações e saldos em moeda estrangeira** - As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.9 Imobilizado - a. Reconhecimento e mensuração** - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído do imobilizado na data de transição para os novos CPCs. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **b. Custos subsequentes** - Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. Os custos subsequentes são depreciados ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. **c. Depreciação** - A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Itens do imobilizado	Taxa anual de depreciação - %
----------------------	-------------------------------

Máquinas e equipamentos	16-20
Veículos	20
Edificações	2-10
Móveis e utensílios	10 - 20
Equipamento de computação	20-33

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. **2.10 Ativos intangíveis** - O ativo intangível está composto por gastos com desenvolvimento de novos produtos, marcas e patentes, sistemas de computação, base de dados, e ágio. **a. Reconhecimento e mensuração - Base de dados** - São reconhecidos como ativos intangíveis os gastos com a compra e compartilhamento de informações utilizadas nas bases de dados, bem como a remuneração e respectivos encargos sociais das equipes de profissionais que trabalham diretamente com o desenvolvimento de tais bases. **Sistemas de computação (software)** - São reconhecidos como ativos intangíveis os gastos com novas aquisições, bem como o aperfeiçoamento ou expansão do desempenho dos softwares para além de suas especificações originais. Esses gastos são compostos basicamente pelas despesas gerais diretamente relacionadas ao processo de desenvolvimento dos softwares. **Gastos com desenvolvimento de novos produtos** - São reconhecidos como ativos intangíveis quando puder ser demonstrado que seja provável que seus projetos tenham viabilidade técnica e do ponto de vista comercial, possa gerar benefícios econômicos futuros, intenção de concluir e utilizá-los, e quando seus custos puderem ser mensurados de forma confiável por uma sistemática razoável. **Ágio** - O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. **b. Gastos subsequentes** - Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **c. Amortização** - A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. Segue abaixo a taxa anual de amortização:

Itens do intangível	Taxa anual de amortização - %
---------------------	-------------------------------

Base e dados	20
Sistemas de computação	14 -33
Novos produtos	20
Marcas e patentes	20
Carteira de clientes	11
Tecnologia	14
Direito de competitividade	25

Base de dados - Esses dispêndios são amortizados utilizando-se o método linear para alocar o custo durante sua vida útil de cinco anos para a base de dados do *bureau* de crédito e de três anos para a base de dados de *marketing*. **Sistemas de computação (software)** - Os gastos com aperfeiçoamento ou expansão são amortizados utilizando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. **Gastos com desenvolvimento de novos produtos** - Os gastos com desenvolvimento de novos produtos são amortizados, desde o início de suas comercializações, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado. **Ágio** - O ágio não é amortizado. **2.11 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - a. Ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos a depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável ("*impairment*"). Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo me-

nos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). **b. Ativos financeiros não-derivativos** - Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: - inadimplência ou atrasos do devedor; - reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; - mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; - desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou - dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **2.12 Passivos de contratos** - Os passivos de contratos correspondem aos valores recebidos de clientes, relacionados ao valor dos serviços de certificados digitais, serviços de *marketing*, serviços de modelagens estatísticas e comercialização de serviços de créditos para consultas, porém os serviços não foram completamente prestados. Estas receitas são registradas no resultado, com os respectivos custos, no momento em que são prestados os serviços. **2.13 Benefícios a empregados - Benefícios de curto prazo a empregados - a. Participação nos lucros e bônus** - O reconhecimento dessa participação é efetuado quando o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia, em geral, no encerramento do exercício social. **b. Remuneração com base em ações** - O plano de outorga de ações oferecido pela Companhia é mensurado pelo valor justo na data da outorga e sua despesa é reconhecida no resultado durante o período no qual o direito de outorga é adquirido. **2.14 Provisões, contingências passivas e ativos** - Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. As contingências classificadas como de perda possível não são provisionadas, mas descritas em nota explicativa. Ativos contingentes não são reconhecidos. Somente quando a realização do ganho é praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser contingente e, dessa forma, o reconhecimento do ganho é feito. **2.15 Receita de contrato com o cliente** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos, dos descontos e da provisão para descontos e cancelamentos. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir. **a. Venda de serviços** - A receita compreende o valor faturado dos serviços prestados e a estimativa do valor dos serviços já prestados, a serem faturados. A receita é reconhecida tendo como base a execução, entrega e aceite dos clientes dos serviços realizados até a data do balanço. **2.16 Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem: - Juros ativos; - Juros passivos; - Juros sobre empréstimos com partes relacionadas; - Rendimentos sobre aplicações financeiras; - Ganhos/perdas líquidos de aplicações financeiras; e - Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método dos juros efetivos. **2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio** - A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, e ainda não pago, somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas. Quando o pagamento é feito na forma de juros sobre capital próprio, o benefício fiscal correspondente a sua dedutibilidade é reconhecido no resultado do exercício. **2.18 Arrendamentos** - A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando o método retrospectivo modificado de adoção com a data da aplicação inicial em 1º de janeiro de 2019. Segundo esse método, a norma é aplicada retrospectivamente com o efeito cumulativo na data da aplicação inicial. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição, permitindo que a norma fosse aplicada apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos aplicando a CPC 06 (R2) na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por usar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos e não contém uma opção de compra (arrendamentos de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). **Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de abril de 2019** - No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de abril de 2019. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor** - A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **Políticas contábeis aplicáveis antes de 1º de abril de 2019** - No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transfe-

riam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento. **3 Uso de estimativas e julgamentos contábeis:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3.1 Julgamentos** - As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas abaixo: **a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa, descontos e cancelamentos** - O CPC 48 substitui o modelo de perda incorrida no IAS 39 por um modelo de perda esperada de crédito voltado para o futuro. Esse novo modelo exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em contas a receber, seja em períodos de 12 meses ou até o vencimento. A Companhia avaliou a aplicação dos requisitos do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 e sua avaliação não teve impacto relevante em seu saldo de abertura em 1º de abril de 2019. Maiores detalhes sobre a análise da qualidade de crédito e sobre necessidade de constituição de provisão para perda estão descritos na Nota 6. **b. Provisão para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas** - Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e quando necessário de advogados externos (Nota 17). **c. Ativo fiscal diferido** - O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são de incorporação de empresas que detinham participação na Companhia e de diferenças temporárias. Os tributos diferidos na incorporação estão fundamentados por projeção de rentabilidade futura que é objeto de revisão anual pela alta administração (Nota 9). **Mensuração do valor justo** - Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A aplicação da avaliação dos níveis acima consta demonstrada na Nota 21, sobre instrumentos financeiros. **4 Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 a partir de 1º de abril de 2019. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando o método retrospectivo modificado de adoção com a data da aplicação inicial em 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de abril de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para o período correspondente não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas. **(a) Definição de arrendamento** - Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 2.17. Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de abril de 2019. A Companhia arrenda diversos ativos, incluindo imóveis, e equipamentos de TI. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento. **(b) Impacto nas demonstrações financeiras** - Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia reconheceu ativos de direito de uso, incluindo imóveis e equipamento de TI, e passivos de arrendamento, reconhecendo a diferença no saldo de abertura dos lucros acumulados. O impacto na transição está resumido abaixo.

1º de abril de 2019

Ativo de direito de uso - ativo imobilizado	33.660
Passivo de arrendamento	33.660
Novas Normas e Interpretações não efetivas - As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. - ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23); e - CPC11 Contratos de Seguros.	

	2020	2019
5 Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	5.771	5.983
Certificados de depósitos bancários (CDBs)	3	33
Fundos de investimento em renda fixa	250.622	219.498
Partes relacionadas (Nota 10)	-	16
	<u>256.396</u>	<u>225.530</u>

A Companhia adota posição conservadora na gestão de suas disponibilidades, por meio de políticas de investimentos que consideram as três principais classes de riscos: mercado, liquidez e crédito. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Fundos de investimento em renda fixa, a rentabilidade média dos investimentos em 2020 foi de 86,45% do CDI, já líquido de taxas de administração (99,19% em 2019). Estas aplicações possuem como principal característica a liquidez imediata.

	2020	2019
6 Contas a receber de clientes		
Contas a receber de clientes	386.442	377.686
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 10)	1.681	1.085
	<u>388.123</u>	<u>378.771</u>

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(28.726)	(33.619)
	<u>359.397</u>	<u>345.152</u>

Circulante 330.779 325.860
 Não circulante 28.618 19.292
 As contas a receber de clientes correspondem ao valor total das notas fiscais em aberto, na data do balanço, cujos faturamentos, que ocorrem em ciclos de cinco dias, foram realizados ao longo do mês. Os serviços a faturar correspondem aos serviços prestados aos clientes, ainda não faturados até a data do balanço. A provisão para perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber constituída pela administração, é fundamentada na análise das operações em aberto para determinar o valor adequado e leva em conta a conjuntura econômica e os riscos das contas a receber de clientes bem como a perda esperada.



Composição das contas a receber - por faixa de vencimento

	2020			2019		
	Total de recebíveis	Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	Líquido	Total de recebíveis	Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	Líquido
Saldos a vencer	264.320	(743)	263.577	284.085	(933)	283.152
Saldos vencidos até 30 dias	33.727	(756)	32.971	27.482	(1.516)	25.966
Saldos vencidos de 31 a 60 dias	14.369	(1.047)	13.322	11.314	(984)	10.330
Saldos vencidos de 61 a 90 dias	8.276	(1.180)	7.096	4.270	(724)	3.546
Saldos vencidos de 91 a 180 dias	22.536	(4.138)	18.398	8.923	(5.018)	3.905
Saldos vencidos de 181 a 360 dias	18.119	(5.846)	12.273	12.872	(5.711)	7.161
Vencidos acima de 360 dias	26.776	(15.016)	11.760	29.825	(18.733)	11.092
	<u>388.123</u>	<u>(28.726)</u>	<u>359.397</u>	<u>378.771</u>	<u>(33.619)</u>	<u>345.152</u>

A movimentação das provisões para créditos de liquidação duvidosa e para descontos e cancelamentos é como segue:

	2020	2019
Saldo em 31 de março de 2018	(39.670)	-
(Constituição) / Reversão	(30.814)	99
Baixa	36.865	-
Saldo em 31 de março de 2019	(33.619)	-
(Constituição) / Reversão	(13.909)	1.681
Baixa	18.802	-
Saldo em 31 de março de 2020	(28.726)	-
7 Ativo fiscal corrente	2020	2019
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	1.510	7.558
ISS a compensar	2.055	4.835
PIS e COFINS a recuperar	1.681	6.194
	<u>5.246</u>	<u>18.587</u>

	2020	2019
8 Outros ativos	2020	2019
Bloqueios judiciais - BACEN	405	507
Reembolso de despesas - partes relacionadas (Nota 10)	4.735	5.146
Adiantamento de 13º salário	1.241	988
Adiantamentos a fornecedores e empregados	4.976	7.634
Recebíveis - contrato de parcerias	11.181	5.566
Outros	1.165	189
	<u>23.703</u>	<u>20.030</u>

	2020	2019
9 Imposto de renda e contribuição social	2020	2019
Créditos fiscais - Experian Brasil Ltda.	346.289	460.720
Imposto de renda e contribuição social diferidos	82.353	54.391
	<u>428.642</u>	<u>515.111</u>

a Créditos fiscais

	Benefício fiscal	Último ano de amortização
Experian Brasil Aquisições Ltda. 13/12/07	796.357	2.286.671
Experian Brasil Ltda. 02/12/12	958.820	2.820.057

Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos gerados a partir de incorporações das referidas empresas que detinham participação na Companhia, incluindo ágio. O ágio foi integralmente provisionado, nos termos da interpretação ICPC 09, dando origem a uma diferença temporária. Nesse sentido, esses tributos diferidos provenientes da incorporação da Experian Brasil Aquisições Ltda. e da Experian Brasil Ltda. estão registrados no ativo não circulante, cuja contrapartida foi reserva de ágio (patrimônio líquido), sendo fundamentada por projeção de rentabilidade futura, conforme laudos e estudos elaborados por empresas especializadas e vem sendo realizados, desde então, com base em taxas percentuais progressivas na apuração do imposto de renda e contribuição social. A projeção de rentabilidade futura é objeto de revisão anual pela alta administração e será corrigida no caso de eventual alteração nas perspectivas de rentabilidade futura. **b. Imposto de renda e contribuição social diferidos** - Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrem de diferenças temporárias e são reconhecidos quando sua realização financeira é considerada provável. Os referidos créditos ou débitos tributários serão realizados quando da efetiva realização das diferenças temporárias. Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro a ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos ou débitos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia. Com o objetivo de neutralizar os efeitos fiscais oriundos da aplicação dos novos métodos em observância às disposições legais da Lei nº 11.941/09, foi introduzido o Regime Tributário de Transição (RTT), o que deu origem a algumas diferenças temporárias. **(i) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos** - Os saldos líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, excluindo os decorrentes dos ágios incorporados, nos exercícios de 2020 e 2019 tinham as seguintes composições:

	2020	2019
Outras diferenças temporárias	4.416	3.886
Provisão <i>security first</i>	8.364	-
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	14.460	15.737
Provisão para remuneração com base em ações	31.041	16.941
Provisão para participação nos lucros	23.156	19.086
Provisões para contingências	19.130	17.754
Adoção do CPC 47	1.215	4.228
Adoção do CPC 06	730	-
Captação de base de dados após adoção da Lei nº 11.638/07	14	-
	<u>102.526</u>	<u>77.632</u>
Diferenças temporárias na despesa de depreciação	(971)	(971)
Custo atribuído para o ativo imobilizado	(1.372)	(1.932)
Ágio amortizado da EMS (a)	(17.830)	(17.830)
Captação de base de dados após adoção da Lei nº 11.638/07 (b)	-	(2.508)
	<u>(20.173)</u>	<u>(23.241)</u>
	<u>82.353</u>	<u>54.391</u>

(a) Constituição da parcela anual do benefício fiscal referente ao ágio da EMS. (b) Imposto diferido gerado pela adoção inicial a qual os efeitos acabaram em 2019. A compra de dados era considerada para fins fiscais até 31 de dezembro de 2014, totalmente dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social, desta forma, o imposto de renda diferido foi constituído. **(ii) Período estimado de realização** - Os valores dos ativos/passivos fiscais diferidos relacionados a diferenças temporárias, apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	2020	2019
Até um ano	82.201	55.096
De um a dois anos	163	1.030
De dois a três anos	(11)	163
Acima de três anos	-	(1.898)
	<u>82.353</u>	<u>54.391</u>

(iii) Conciliação da alíquota de imposto efetiva - A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Lucro antes do I.R. e da contribuição social	797.213	665.483
Alíquota combinada do I.R. e da contribuição social	34%	34%
I.R. e contribuição social às alíquotas da legislação	(271.052)	(226.264)
I.R. e contribuição social referentes a juros sobre o capital próprio	15.841	17.685

	2020	2019
Efeito da remuneração com base em ações para diretores	(14.099)	(6.931)
Efeitos Ágio Adição 34% do benefício fiscal	(38.907)	(37.073)
Efeitos Ágio Exclusão	78.924	74.390
PAT/Licença Maternidade / Licença Paternidade	(5.992)	(3.320)
Despesas não dedutíveis	784	9.216
<i>Security first</i>	(8.364)	-
Outros ajustes ao lucro líquido	(10.182)	(51.443)
Despesa de tributos sobre o lucro	(253.047)	(223.740)
Alíquota efetiva	32%	34%

c. Composição da despesa de tributos sobre o lucro

	2020	2019
Corrente	(166.578)	(125.886)
Diferido	27.963	10.211
Amortização do crédito fiscal	(114.432)	(108.065)
	<u>(253.047)</u>	<u>(223.740)</u>

	2020	2019
Movimentação do ativo fiscais diferido	2020	2019
Créditos fiscais - Experian Brasil Ltda.	460.720	-
I.R. e contribuição social diferido	54.391	27.962
	<u>515.111</u>	<u>(114.431)</u>
	<u>27.962</u>	<u>82.353</u>
	<u>515.111</u>	<u>27.962</u>

10 Partes relacionadas: A Companhia mantém transações com partes relacionadas como a seguir demonstrado:

	2020	2019
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)		
Joseph Yacoub Safra	-	16

	2020	2019
Contas a receber (Nota 6)		
Experian Holding Inc. USA	1.582	-
Experian Tecnologia Brasil Ltda.	99	83
Experian Finance Plc. UK	-	557
Experian Technology Limited	-	445
	<u>1.681</u>	<u>1.085</u>

	2020	2019
Outros ativos (Nota 8)		
Experian Colombia S.A.	3.452	2.899
Experian Finance Plc. UK	612	-
Experian Holding Inc. USA	32	1.375
Experian Japan Co, Ltd	1	-
Experian Peru	22	-
Experian Ltd UK	595	850
Experian Information Solutions	-	12
Experian Marketing Services (Malaysia) Sdn Bhd	21	10
	<u>4.735</u>	<u>5.146</u>
	<u>6.416</u>	<u>6.247</u>

Passivo circulante

	2020	2019
Contas a pagar - partes relacionadas (Nota 10)		
Experian Holding Inc. USA	726	484
Experian Tecnologia Brasil Ltda	3.039	1.850
Experian Ltd UK	471	781
Experian Australia Pty	55	-
Scorex SAM Monaco	-	5
Experian France SAS	-	566
Experian Finance Plc. UK	133	80
	<u>4.424</u>	<u>3.766</u>

	2020	2019
Empréstimos - partes relacionadas (Nota 14)		
Experian Luxembourg Finance	38.955	38.659
	<u>38.955</u>	<u>38.659</u>

	2020	2019
Passivo não circulante		
Empréstimos - partes relacionadas (Nota 14)		
Experian Luxembourg Finance	800.000	800.000
	<u>800.000</u>	<u>800.000</u>

Resultado: Receita bruta de serviços (Nota 19) 6.162 6.826
Despesas gerais e administrativas (Nota 23) (39.861) (28.060)
Despesas financeiras (Nota 24) (108.011) (107.716)
Receitas financeiras (Nota 24) - 61
Outras despesas (Nota 22) (4.546) (8.952)
Total resultado (146.256) (137.841)

A Companhia, durante o exercício findo em 31 de março de 2020, incorreu em honorários para a administração e para pessoas-chave no valor total de R\$ 63.350 (R\$ 56.318 em 31 de março de 2019). A administração e pessoas-chave da Companhia, para fins dessas demonstrações financeiras, estão compostas pela diretoria da Companhia, incluindo sua diretoria estatutária e não estatutária e pelas suas gerências executivas.

	2020		2019	
	Depreciação	Custo	Depreciação	Custo
Terrenos	-	24.290	-	24.290
Edificações	(51.699)	137.106	(85.407)	78.249
Móveis e utensílios	(8.653)	18.425	(9.772)	5.542
Equipamentos de computação	(149.576)	232.326	(82.750)	66.039
Veículos	(2.288)	11.176	(8.888)	8.780
Máquinas e equipamentos	(1.547)	4.056	(2.509)	1.997
Imobilizado em andamento	-	31.868	-	47.109
	<u>(213.763)</u>	<u>459.247</u>	<u>(245.484)</u>	<u>232.006</u>

Em 26 de setembro de 2011 foi emitido pela Secretaria da Receita Federal um termo de arrolamento de bens e direitos, no valor total de R\$ 98.365, correspondente a parcela do ativo imobilizado da Companhia, o qual sofreu variações após essa data, correspondendo, em 31 de março de 2020 ao valor de R\$ 213.616. O arrolamento de bens e direitos foi formalizado e continua mantido em razão da lavratura de autos de infração pela Receita Federal. Cabe destacar que os consultores jurídicos da Companhia classificam como remota a perspectiva de perda nos referidos processos, motivo pelo qual, o valor das autuações não foram objeto de provisionamento (Nota 17(f)).

	2020		2019	
	31/03/2020	Adições	Transfêrência	Depreciação
Terrenos	24.290	-	-	24.290
Edificações	78.249	13.111	(15)	92 (6.030)
Móveis e utensílios	5.542	5.431	(69)	114 (1.246)
Equipamentos de computação	66.039	85 (3.711)	55.946 (35.609)	82.750
Veículos	8.780	3.214 (1.556)	-	(1.550) 8.888

Todos os empréstimos são devidos em Reais.

	Data da contratação	Vencimento	Pagamento de juros	Spread (a.a.) - %	Principal	Juros	Total
Itau Unibanco S/A	30/03/2020	01/04/2020	Annual	3,10	9.000	-	9.000
Experian Luxembourg Finance S.À.R.L. - Loan B	21/11/2012	21/05/2020	Semestral	13,28	800.000	38.955	838.955
					<u>809.000</u>	<u>38.955</u>	<u>847.955</u>

Movimentação dos empréstimos

	Itau Unibanco S/A	Experian Luxemb	Total
Saldo em 31 de março de 2018	-	838.659	838.659
Juros	-	107.716	107.716
Pagamentos de juros	-	(107.716)	(107.716)
Saldo em 31 de março de 2019	-	838.659	838.659
Juros	-	108.011	108.011
Principal	9.000	-	9.000
Pagamentos de juros	-	(107.715)	(107.715)
Saldo em 31 de março de 2020	9.000	838.955	847.955

15 Obrigações trabalhistas

	2020	2019
Participação dos empregados nos resultados	68.104	56.136
Provisão para férias	27.135	24.277
Provisão para encargos sobre remuneração com base em ações	35.169	15.938
INSS e IRRF sobre salários	11.333	10.149
Provisão de INSS sobre 13º salários e férias	9.167	8.134
Provisão para 13º salários	5.956	5.148
Provisão de FGTS sobre 13º salários e férias	2.597	2.313
FGTS sobre salários	2.026	1.827
Outros	1	-
	<u>161.488</u>	<u>123.922</u>

16 Arrendamentos: Dos contratos que atendem a definição de arrendamento no escopo do CPC 06 (R2), a Companhia registrou o direito de uso pelo montante correspondente ao passivo do arrendamento. Este por sua vez, foi reconhecido com base no valor presente dos pagamentos remanescentes dos contratos, descontado pela taxa de juros nominal correspondente às cotações de mercado. As contas patrimoniais sofreram alterações, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar no montante de R\$ 33.660 ajustados ao valor presente.

a) Movimentação do ativo com direito de uso de bens

	2020
Adoção Inicial em 1º de abril de 2019	
Reconhecimento CPC 06 (R2)	33.660
Total de direito de uso de bens em 01 de abril de 2020	33.660
Adição de direito de uso de bens	60.211
Depreciação do período	(17.865)
Total de direito de uso de bens em 31 de março de 2020	76.006

b) Movimentação do passivo de arrendamento

	2020
Adoção inicial em 1º de abril de 2019	
Total de passivo de arrendamento em 01 de abril de 2019	33.660
Adição de passivo de arrendamento	60.211
Contraprestação do período	(12.997)
Juros sobre arrendamento no período	6.685
Total de direito de uso de bens em 31 de março de 2020	87.559
Circulante	15.938

	2020	2019
Máquinas e equipamentos	1.997	1.080
Imobilizado em andamento	(56.192)	(45.042)
	<u>232.006</u>	<u>232.006</u>
	<u>31.03/20</u>	

de novos processos e a jurisprudência verificada. (d) Ativos contingentes, não reconhecidos no balanço: A Companhia é parte envolvida nos seguintes processos tributários e previdenciários, cujas prováveis entradas de benefícios econômicos estão abaixo mensuradas sendo assim juntamente com uma breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço: - Mandado de Segurança: ilegalidade e inconstitucionalidade da incidência da Contribuição Previdenciária Patronal sobre os pagamentos realizados aos empregados da Companhia relativamente a: (i) auxílio-doença (primeiros 15 dias); (ii) auxílio-acidente (primeiros 15 dias); (iii) salário-maternidade; (iv) terço constitucional de férias (abono de férias); (v) horas extras; e (vi) aviso prévio indenizado. Valor do ativo contingente: R\$ 37.840 (31 de março de 2019 - R\$ 34.439). (e) Autuação fiscal: A exemplo do que tem ocorrido no mercado, em 2011, a Companhia foi autuada quanto à dedutibilidade fiscal do ágio decorrente da aquisição da Serasa pelos seus atuais controladores referente aos anos de 2012 a 2014. A Companhia considera remota a perspectiva de perda com base na posição de advogados externos e outros fatores apresentados na autuação, como o êxito nas ações referente aos períodos de 2007 a 2010 e 2011. Em 31 de março de 2020 o total de autuações fiscais atualizado é de R\$ 1.601 (R\$ 184 em 31 de março de 2019). (f) *Score*: A partir de 2013 a Companhia recebeu um número significativo de processos relacionados ao produto "Score", com uma maior concentração nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O *Score* é uma ferramenta estatística que auxilia nossos clientes no processo de concessão de crédito. Estes processos são em sua maioria solicitações individuais de indenizações por danos morais, questionando a legalidade do produto. Casos similares ocorreram com outros fornecedores deste mesmo tipo de produto no Brasil. O assunto foi levado ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) que proferiu decisão favorável a Serasa no ano de 2014 e decidiu pela legalidade do serviço de score, fixando precedente a ser seguido pelos demais Tribunais do país, uniformizando-se o julgamento a respeito da matéria. A administração da Companhia julga que a provisão constituída para fazer frente a essas ações está adequada. Em 31 de março de 2020 o valor total de processos score provisionados é de R\$ 2.953 (R\$ 3.636 em 31 de março de 2019). **18 Patrimônio líquido: a. Capital social** - Em 31 de março de 2020, o capital subscrito e integralizado, no montante de R\$ 174.000 (31 de março de 2019 - R\$ 174.000), é representado por 3.726.600 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e no exterior, composto como segue:

	Quantidade de ações	
	2020	2019
Acionistas		
Gus Europe Holdings B.V.	3.711.820	3.711.820
Joseph Yacoub Safra	8.394	8.394
Omicron - Distr. de Tít. e Val. Mob. Ltda.	2.000	2.000
Experian Nominees Limited	371	371
Ações em tesouraria	4.015	4.015
	3.726.600	3.726.600
b. Reserva de ágio		
Experian Brasil Aquisições Ltda.	796.357	796.357
Experian Brasil Ltda.	(296.107)	(296.107)
	500.250	500.250

Conforme mencionado na Nota 9 (a), na incorporação reversa das empresas acima, o provisionamento integral do ágio e a constituição dos tributos diferidos se dão contra a reserva de capital, para resgatar a integridade do capital. No caso da Experian Brasil Ltda., como parte da aquisição original se deu com dívida, o provisionamento foi maior que o acréscimo patrimonial na incorporação, gerando uma reserva de capital líquida negativa. **c. Remuneração com base em ações** - A Companhia é beneficiada por serviços prestados por seus empregados que participam de plano de pagamento baseado em ações gerido pelo grupo Experian. As transações com pagamento baseado em ações são liquidadas com instrumentos patrimoniais. A seguir detalhamos os planos e a valorização desses prêmios outorgados. A Companhia tem três planos, a saber (i) Plano de Co-Investimento da Experian - "PCI"; (ii) Plano de Desempenho das Ações (PDA); (iii) Plano de Ações Restritas (PAR). O período de aquisição do direito é de três anos. Os prêmios são liquidados pela distribuição das ações do acionista controlador da Companhia, a Experian Plc. A premissa na data da concessão para a saída de empregados antes da aquisição do direito (*vesting*) é entre 5% e 10% para os prêmios com condições de desempenho e 20% para os prêmios não atrelados ao desempenho. As condições de desempenho são:

Plano	Condições para aquisição do direito	Resultado assumido na data da outorga
Plano de Co-Investimento	50% - Desempenho do lucro de referência do Grupo Experian avaliado em relação a metas específicas. A data de outorga para esse plano é o início do exercício no qual o desempenho é avaliado.	Lucro de referência - 82% a 100%
Plano de Desempenho das Ações	75% - Desempenho do lucro de referência do Grupo Experian avaliado em relação a metas específicas.	Lucro de referência - 82% a 100%
Plano de Ações Restritas	25% - Percentual de distribuição determinado na classificação Retorno Total ao Acionista (RTA) relativo ao grupo de comparação Sem condições de desempenho atreladas a esse plano.	RTA - variando de 45% a 52%

(i) Informações sobre a outorga de ações e técnicas de valorização - A outorga das ações é valorizada pelo preço de mercado da data da outorga sem modificações feitas por distribuição de dividendos ou outros fatores já que os participantes são elegíveis às distribuições de dividendos dos prêmios outorgados. Condições de desempenho baseado no mercado são consideradas na mensuração do valor justo na data da outorga e não são revisados pelo desempenho realizado. **(ii) Saldos por plano e vencimento**

Plano	Valor em 31 de março de 2020		Valor em 31 de março de 2019	
	2020	2019	2020	2019
Plano de Co-Investimento	14.880	9.770	14.880	9.770
Plano de Desempenho das Ações	17.318	10.895	17.318	10.895
Plano de Ações Restritas	23.927	13.224	23.927	13.224
	56.126	33.889	56.126	33.889
Vencimento	Valor em 31 de março de 2020		Valor em 31 de março de 2019	
Exercício 2019	-	-	-	-
Exercício 2020	13.111	11.669	13.111	11.669
Exercício 2021	14.161	9.885	14.161	9.885
Exercício 2022	25.070	12.335	25.070	12.335
Exercício 2023	3.784	-	3.784	-
	56.126	33.889	56.126	33.889

d. Reserva legal - É constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço, até atingir o limite previsto na legislação societária de 20% do capital social, o que de fato já atingiu há alguns anos. **e. Dividendos adicionais propostos** - Durante o exercício findo em 31 de março de 2019, foram aprovados pelo Conselho de Administração e pagos dividendos e juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 159.245 (R\$ 38.006 de juros sobre o capital próprio e R\$ 121.239 de dividendos). A Companhia propôs em 31 de março de 2019 a destinação de R\$ 79.402 para a conta de dividendos adicionais propostos ao mínimo obrigatório, por terem sido propostos após o encerramento do exercício. Durante o exercício findo em 31 de março de 2020, foram aprovados pelo Conselho de Administração e pagos dividendos e juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 477.321 (R\$ 36.003 de juros sobre o capital próprio e R\$ 441.318 de dividendos). Em 31 de março de 2020, a Companhia propôs a destinação de R\$ 57.346 para a conta de dividendos adicionais propostos ao mínimo obrigatório, por terem sido propostos após o encerramento do exercício. Nos termos do Estatuto Social, em cada exercício, aos titulares de ações é atribuído um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da Lei nº 6.404/76. A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na assembleia geral, calculada nos termos da referida Lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	544.166	441.743
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	1.088	1.099
Base de cálculo dos dividendos	545.254	442.842
Dividendos aprovados antes do final do exercício	441.318	245.422
Dividendos propostos após o final do exercício	57.346	79.402
Adoção CPC 47	-	66.003
Juros sobre o capital próprio aprovados antes do final do exercício	36.003	38.006

Juros sobre o capital próprio propostos após o final do exercício

	10.587	14.009
Remuneração total dos acionistas com base no lucro do exercício	545.254	442.842
Percentual de remuneração dos acionistas sobre a base de cálculo	100	100
Remuneração total dos acionistas no fim do exercício por ação do capital social - R\$	146,31	118,83

f. Ajuste de avaliação patrimonial - A Companhia optou por avaliar o seu ativo imobilizado pelo custo atribuído, como facultada a Interpretação Técnica ICPC 10 - "Eslarecimentos sobre os CPCs 27 e 28, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis", aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e Resolução CFC nº 1.263/09. Para tanto, baseou-se em laudo de avaliação que recalculou os valores dos custos históricos de terrenos, edificações, móveis e utensílios e equipamentos de computação. Os saldos iniciais de tais itens foram mensurados ao custo atribuído na data de 1º de abril de 2009. O ajuste inicial de adoção da nova norma foi escriturado na conta ajuste de avaliação patrimonial, o qual será realizado contra lucros acumulados à medida que os ativos forem sendo consumidos, quer seja por depreciação ou baixa por alienação ou perda. **19 Receita**: A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2020	2019
Receita bruta de serviços	3.027.388	2.633.343
Descontos	(104.228)	(68.882)
Tributos sobre serviços	(257.194)	(230.434)
Receita com partes relacionadas (nota 10)	6.162	6.826
Receita líquida de serviços	2.672.128	2.340.853

Abaixo um resumo das principais linhas de produtos comercializadas em 2020 e 2019:

	2020	2019
Serviços de de informação de crédito	2.132.386	1.856.063
Serviços de modelagens estatísticas	353.320	304.805
Serviços de marketing	93.237	88.575
Serviços de certificação digital	93.185	91.410
Receita líquida de serviços	2.672.128	2.340.853

Saldos de contrato - A tabela a seguir fornece informações sobre passivos de contrato com clientes e passivos de restituição.

	2020	2019
Ativos de contrato		
Serviços a faturar incondicional (curto prazo)	116.096	96.351
Serviços a faturar condicional (curto prazo)	19.025	11.996
Custos para cumprir os contratos (curto prazo)	41.037	32.178
	176.158	140.525
Serviços a faturar incondicional (longo prazo)	28.459	11.635
Serviços a faturar condicional (longo prazo)	160	2.935
Custos para cumprir os contratos (longo prazo)	18.584	17.515
	47.203	32.085
Passivos de contrato		
Passivo de contrato (curto prazo)	204.128	98.981
	104.188	98.981
Passivo de contrato (longo prazo)	29.471	37.312
	29.471	37.312

As movimentações dos passivos de contratos em 31 de março de 2020 e de 2019 estão demonstradas a seguir:

	2019	Diferimento	Reconhecimento de receita		
			2019	2020	
Serviços de certificação digital	98.772	59.907	(64.083)	94.596	
Serviços de crédito	23.059	30.866	(22.307)	31.618	
Serviços de marketing	8.652	1.030	(6.662)	3.020	
Serviços de modelagens estatísticas	5.810	2.599	(3.984)	4.425	
	136.293	94.402	(97.036)	133.659	
	2018	Adoção CPC 47	Diferimento	Reconhecimento de receita	2019
Serviços de certificação digital	24.997	67.146	198.879	(192.250)	98.772
Serviços de crédito	4.784	8.664	26.220	(16.609)	23.059
Serviços de marketing	2.640	5.707	6.676	(6.371)	8.652
Serviços de modelagens estatísticas	4.950	4.215	978	(4.333)	5.810
	37.371	85.732	232.753	(219.564)	136.293

20 Programas sociais: a. Benefício de previdência privada multicorporativa - A Companhia oferece a seus empregados planos de previdência na modalidade de contribuição definida. Estão disponíveis duas instituições para administrar o plano: a Bradesco Vida e Previdência S.A. e a Itaú Unibanco Vida e Previdência S.A. Nos exercícios findos em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2019, a Companhia efetuou contribuição de R\$ 6.724 e R\$ 6.040, respectivamente, para custeio do plano, que estão incluídos nas rubricas de custos dos serviços prestados, despesas com vendas, despesas gerais e administrativas e custo da base de dados. **b. Benefícios de assistência médico-hospitalar e outros** - A Companhia oferece compulsoriamente plano de assistência médico-hospitalar e odontológica a todos os seus profissionais e familiares (cônjuge, filho(s), companheiro(a) e enteado(s) devidamente comprovados por documentos obrigatórios), enquanto vinculados à Companhia. Após o desligamento, o profissional pode optar por permanecer vinculado ao(s) plano(s) que possuía enquanto funcionário, pagando 100% do custo do(s) plano(s) por um período determinado (ou indeterminado, em caso de aposentados do INSS), conforme previsto nos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e todas suas alterações, e as resoluções CONSU nº 20 e 21 e suas alterações. Nos exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019, a Companhia efetuou contribuições de R\$ 32.760 e R\$ 33.446, respectivamente, incluídas nas rubricas de despesas com vendas, despesas gerais e administrativas e base de dados. **21 Instrumentos financeiros: Estrutura de gerenciamento de risco** - As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. A Companhia possui exposição basicamente aos riscos financeiros de: crédito, liquidez e de mercado, no que tange à taxa de juros e câmbio. **Hierarquia do valor justo** - A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

	Valor Contábil		Valor justo		
	Outros passivos amortizados	Nível	Valor justo		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2020					
Em milhares de Reais	Nota	Total			
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	256.396	-	256.396	-
Contas a receber de clientes	6	359.397	-	359.397	-
		615.793	-	615.793	-
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores	13	- 222.040	222.040	-	222.040
Empréstimos	14	- 847.955	847.955	-	847.955
Contas a pagar	10	- 4.424	4.424	-	4.424
		- 1.074.419	1.074.419	-	- 1.074.419
31 de março de 2019					
Em milhares de Reais	Nota	Total			
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	225.530	-	225.530	-
Contas a receber de clientes	6	345.152	-	345.152	-
		570.682	-	570.682	-
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores	13	- 187.943	187.943	-	187.943
Empréstimos	14	- 838.659	838.659	-	838.659
Contas a pagar	10	- 3.766	3.766	-	3.766
		- 1.030.368	1.030.368	-	- 1.030.368

Gestão de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital social são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para reinvestimento, além de manter uma estrutura de capital que seja suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo. Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2020 e 2019 podem ser assim resumidos:

	2020	2019
Total dos empréstimos (Nota 14) (*)	847.955	838.659
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(256.396)	(225.530)
Dívida líquida	591.559	613.129
Total do patrimônio líquido	923.718	924.625
Total do capital	1.515.277	1.537.754
Índice de alavancagem financeira	39%	40%

(*) 99% dos empréstimos foram obtidos com partes relacionadas. O principal objetivo do uso de instrumentos financeiros é preservar o capital da Companhia, sendo a rentabilidade um efeito secundário decorrente de escolhas feitas primeiramente observando-se a segurança e posteriormente a rentabilidade. Os investimentos da Companhia são confrontados, principalmente, com a rentabilidade dos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). São estabelecidas rentabilidades máxima e mínima dos instrumentos financeiros que são monitoradas por um comitê de tesouraria corporativa do grupo Experian. **c. Risco de Mercado - Exposição à moeda estrangeira** - Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas em função de flutuações de taxas de juros, que reduzem os rendimentos auferidos com as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de ajustar a sua estratégia de investimentos para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em alguns casos, a carteira dos fundos investidos é composta exclusivamente de Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), que são títulos públicos federais cujos rendimentos são vinculados à variação da taxa Selic; nestes casos, considera-se o risco destes investimentos serem neutralizados em relação à variação da taxa de juros. A exposição da Empresa ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte - base em valores nominais:

	2020	2019
Contas a pagar - partes relacionadas em moeda estrangeira (valores em reais)		
USD - 5,1981	781	1.057
GBP - 6,4706	237	120
EUR - 5,7247	-	5
	1.018	1.182

Análise de sensibilidade taxa de câmbio

	Moeda	Taxa de conversão (*)	Cenários	
			Provável	25% -25%
Em 31 de março de 2020	USD	5,1981	5,4264	6,8
Em 31 de março de 2020	GBP	6,4706	6,8383	8,5
Em 31 de março de 2020	EUR	5,7247	5,9316	7,4
			8	44 (52)

(*) Taxa de fechamento na data das demonstrações financeiras. Considerando o cenário acima o prejuízo do exercício seria afetado como segue:

	Cenários	
	Fator de risco	Provável 25% -25%
Exposição bruta em moeda estrangeira		
Contas a pagar partes relacionadas	USD	6 35 (42)
Contas a pagar partes relacionadas	GBP	2 9 (10)
Contas a pagar partes relacionadas	EUR	- - -
Efeito no instrumento financeiro		8 44 (52)

d. Derivativos - Por política interna, a Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos.

22 Outras (despesas) / receitas operacionais

	2020	2019
Donativos e contribuições	(853)	(616)
Despesas com licenças - partes relacionadas (nota 10)	(4.546)	(8.952)
Lucro ou prejuízo na venda de negócios	-	(81.589)
Dominó - recebíveis de contratos de parcerias	5.616	-
Outros	(3.089)	429
	(2.872)	(90.728)
23 Despesas por natureza		
Gastos com pessoal	(591.833)	(528.096)
Serviços de terceiros	(169.859)	(123.229)
Correspondências	(233.119)	(205.017)
Depreciação e amortização	(304.117)	(271.661)
Manutenção	(116.585)	(115.931)
Comissões a terceiros e outros dispêndios de vendas	(68.855)	(30.736)
Água, esgoto, energia, condomínio e IPTU	(14.464)	(10.317)
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(14.428)	(30.814)



Propaganda e publicidade	(34.877)	(20.234)	Despesas gerais e administrativas	(674.747)	(493.821)	Outros	89	23
Comunicação	(19.292)	(10.328)		(1.759.796)	(1.464.291)		15.443	24.404
Jurídicas	(19.348)	(20.989)	24 Despesas financeiras líquidas:	2020	2019	Despesas financeiras líquidas	(112.247)	(120.351)
Transporte e viagens	(13.382)	(10.638)	Despesas financeiras			25 Seguros: A administração pratica política de cobertura de seguros com o objetivo de reduzir riscos de perdas, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de março de 2020, a Companhia tinha as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:		
Aluguéis	(2.620)	(7.764)	Juros passivos	(2.753)	(161)	Ramos	Importâncias seguradas	
Eventos	(61.993)	(43.800)	Variações cambiais passivas	(1.821)	(21.952)	Bens do imobilizado	408.998	
Serviços compartilhados - partes relacionadas (Nota 10)	(39.861)	(28.060)	Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (nota 10)	(108.011)	(107.716)	Responsabilidade civil	57.124	
Depreciação e amortização direito de uso	(17.865)	-	Outros	(15.105)	(14.926)			
Outros	(37.298)	(6.677)	Recursos financeiros	(127.690)	(144.755)			
	(1.759.796)	(1.464.291)	Rendimentos sobre aplicações financeiras	8.145	6.112			
Custo dos serviços prestados	(791.103)	(724.504)	Variações cambiais ativas	5.566	16.035			
Despesas com vendas	(279.518)	(215.152)	Outras receitas - partes relacionadas (nota 10)	-	61			
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato	(14.428)	(30.814)	Juros ativos	1.643	2.173			

Conselho de Administração: Kerry Lee Williams - Presidente • José Luiz Teixeira Rossi - Vice-Presidente • Darryl Scott Gibson • Anthony David Reeve • Valdemir Bertolo • Lloyd Mark Pitchford.
Diretoria: José Luiz Teixeira Rossi - Presidente • Valdemir Bertolo • Sergio Souza Fernandes Junior • Vander Ossamu Nagata • Alberto Wagner Teixeira Campos • Rodrigo José Sanchez Ana Paula da Silva Ferraro - CRC nº 1SP196338/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. Aos Conselheiros e Diretores da Serasa S.A. São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Serasa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serasa S.A. em 31 de março de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevan-

te, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles

internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 21 de maio de 2020
KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6
Sebastian Yoshizato Soares Contador CRC 1SP257710/O-4

LA SHOPPING CENTERS S/A

CNPJ nº 15.713.923/0001-68

Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)											
Balancos Patrimoniais	Notas Explicativas	Consolidado		Controladora		Balancos Patrimoniais	Notas Explicativas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo		14.001.488	12.295.826	1.071.994	605.197	Passivo		28.222.073	28.305.065	227.455	69.443
Ativo Circulante						Passivo Circulante					
Caixa e Equivalente Caixa	7	486.849	1.738.091	2.258	144.375	Fornecedores	16	303.854	6.174.045	180.432	28.792
Aplicações Financeiras	8	4.965.335	6.128.474	-	-	Obrigações Tributárias	17	156.126	120.663	36.360	28.387
Adiantamentos	9	7.960.345	3.948.802	1.029.946	421.189	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	19.408	25.789	5.328	6.929
Impostos a Recuperar	10	577.037	468.538	27.868	27.712	Provisões	18	954.805	954.805	5.235	5.235
Despesas Antecipadas	11	11.922	11.921	11.922	11.921	Contas a Pagar	-	46.285	233.953	100	100
Ativo Não Circulante		77.724.985	76.353.058	42.271.771	38.965.324	Provisão Perda Investimento	12	26.741.595	20.795.810	-	-
Investimentos	12	14.143.500	13.632.000	20.141.986	28.325.171	Passivo Circulante não Circulante		97.996	-	97.996	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	13	13.758.570	13.758.570	-	-	Outras Obrigações		97.996	-	97.996	-
Mútuo	14	145.351	500.000	22.070.236	10.542.150	Patrimônio Líquido		43.018.314	39.501.078	43.018.314	39.501.078
Imobilizado	15	48.907.624	48.450.014	54.919	91.668	Capital Social	20	71.794.237	65.794.237	71.794.237	65.794.237
Intangível		112.740	12.474	4.630	6.335	Reserva Legal		3.491.765	3.491.765	3.491.765	3.491.765
Outras Contas a Receber Longo Prazo		657.200	-	-	-	Prejuízos Acumulados		(32.267.688)	(29.784.924)	(32.267.688)	(29.784.924)
Total do Ativo		91.726.473	88.648.884	43.343.765	39.570.521	Participantes não Controladores		20.388.090	20.842.741	20.388.090	20.842.741
						Total do Patrimônio Líquido		63.406.404	60.343.819	43.018.314	39.501.078
						Total do Passivo e Patrimônio Líquido		91.726.473	88.648.884	43.343.765	39.570.521

Demonstração dos Fluxos de Caixa											
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	Notas Explicativas	Consolidado		Controladora		Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	Notas Explicativas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro/Prejuízo do Período		(2.482.526)	(2.165.259)	(2.482.526)	(2.725.642)	Investimentos		8.815.548	30.445.104	6.115.321	(18.390.000)
Equivalência Patrimonial		(3.381.500)	(4.114.500)	2.067.626	(235.119)	Imobilizado		(502.944)	(48.430.946)	17.372	(89.564)
Depreciação		45.334	22.413	19.377	27.774	Intangível		(100.266)	(10.423)	1.705	(4.406)
Redução(Aumento) nas Contas de Ativo						Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		8.212.338	(17.996.265)	6.134.398	(18.483.970)
Adiantamentos		(4.011.543)	(39.018)	(608.757)	303.904	Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento					
Impostos a Recuperar		(108.499)	(176.707)	(156)	(2.434)	Mútuos com Partes Relacionadas		452.645	7.000	(11.528.086)	(97.901)
Outros Créditos		-	4.596	-	(11.921)	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-
Despesas Antecipadas		(1)	(11.921)	(1)	-	Aumento de Capital		6.000.000	19.200.000	6.000.000	19.200.000
Contas a Receber		(657.200)	-	-	-	Participação de Não Controladores		(454.651)	(3.099)	-	-
Fundos de Investimentos		1.163.138	(3.754.653)	-	-	Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento		5.997.994	19.203.901	(5.528.086)	19.102.099
Aumento (Redução) nas Contas de Passivo						Aumento Líquido em Caixas e Equivalentes de Caixa		(1.251.242)	(2.681.361)	(142.117)	(1.989.019)
Fornecedores		(5.870.191)	6.155.535	151.640	27.370	Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		1.738.091	4.419.452	144.375	2.133.394
Obrigações Tributárias		35.463	75.307	7.973	6.714	Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		486.849	1.738.091	2.258	144.375
Obrigações Sociais e Trabalhistas		(6.381)	(27.081)	(1.601)	2.205	Aumento/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa no Período		(1.251.242)	(2.681.361)	(142.117)	(1.989.019)
Contas a Pagar		(187.668)	98.701	-	-						
Outros		-	(99)	97.996	-						
Provisões		-	43.690	-	-						
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais		(15.461.575)	(3.888.997)	(748.429)	(2.607.148)						

Demonstração de Resultado do Exercício												
Receitas Operacionais	Notas Explicativas	Consolidado		Controladora		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	Capital Social	Reserva Legal	Prejuízos Acumulados	Total não Controladores	Participação de	Total	
Despesas Operacionais		(7.621.381)	(6.026.413)	(631.166)	(2.722.339)	Saldos em 31/12/2017	46.594.237	3.491.765	(26.789.142)	23.296.860	20.015.317	43.312.177
Despesas Sociais e Trabalhistas		(85.769)	(121.481)	(55.328)	(84.848)	Resultado do Exercício	-	-	(2.993.843)	(2.993.843)	827.424	(2.166.419)
Despesas Administrativas		(2.796.555)	(1.024.229)	(303.693)	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(1.939)	(1.939)	-	(1.939)
Serviços tomados de Terceiros		(1.447.209)	(3.518.408)	(221.693)	(2.579.231)	Aumento de Capital	19.200.000	-	-	19.200.000	-	19.200.000
Despesas Gerais		(418.027)	(1.362.295)	(50.452)	(58.260)	Saldos em 31/12/2018	65.794.237	3.491.765	(29.784.924)	39.501.078	20.842.741	60.343.819
Provisão para Devedores Duvidosos		(2.873.821)	-	-	-	Resultado do Exercício	-	-	(2.482.526)	(2.482.526)	(454.651)	(2.937.177)
Resultado Antes Despesas e Receitas Financeiras		(7.621.381)	(6.026.413)	(631.166)	(2.722.339)	Outros	-	-	(238)	(238)	-	(238)
Resultado Financeiro		602.466	(212.889)	216.266	(238.422)	Aumento de Capital	6.000.000	-	-	6.000.000	-	6.000.000
Receitas Financeiras		624.884	41.946	221.550	-	Saldos em 31/12/2019	71.794.237	3.491.765	(32.267.688)	43.018.314	20.388.090	63.406.404
Despesas Financeiras		(22.418)	(254.835)	(5.284)	(238.422)							
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	3.381.500	4.114.500	(2.067.626)	235.119							
Resultado antes dos Impostos		(3.637.415)	(2.124.802)	(2.482.526)	(2.725.642)							
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	(40.457)	-	-							
Prejuízo/Prejuízo do período		(3.637.415)	(2.165.259)	(2.482.526)	(2.725.642)							
Resultado Atribuído aos Acionistas												
Acionistas Controladores		(2.482.526)	(2.725.642)	-	-	Diretoria						
Acionistas não Controladores		(1.154.889)	1.896.561	-	-	Diretor Presidente - Felipe Mota Separovic Rodrigues						
						Contador						
						Etorides Rocha Guimarães - CRC/SP 159121/O						

As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia

REC Duque de Caxias II S.A.

CNPJ/MF nº 19.835.026/0001-88

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto o prejuízo por ação)													
Ativo	Balanco Patrimonial		Passivo e patrimônio líquido		Demonstração do Resultado Abrangente	2019	2018	Prejuízo do exercício	2019	2018	Resultado abrangente do exercício	2019	2018
	2019	2018	2019	2018									
Circulante	2	2											